

Colégio
00001Sala
0001Ordem
0001

Fevereiro/2018

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO DO ESTADO DA BAHIA
SECRETARIA DA EDUCAÇÃO DO ESTADO DA BAHIAConcurso Público para provimento de vagas de
Coordenador Pedagógico
Padrão P – Grau IANome do Candidato
Caderno de Prova 'M13', Tipo 001Nº de Inscrição
MODELONº do Caderno
TIPO-001Nº do Documento
000000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

PROVAConhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos
Discursiva**INSTRUÇÕES**

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Entender o passado ajuda a melhorar o presente e o futuro.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 40 questões, numeradas de 1 a 40.
 - contém as propostas e os espaços para o rascunho da Prova Discursiva.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) ○ (D) ○ (E) ○
- Ler o que se pede na Prova Discursiva e utilizar, se necessário, o espaço para rascunho.

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca-texto, borracha ou líquido corretor de texto durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- Em hipótese alguma o rascunho da Prova Discursiva será corrigido.
- Você deverá transcrever sua Prova Discursiva, a tinta, no caderno apropriado.
- A duração da prova é de 3 horas e 30 minutos para responder a todas as questões objetivas, preencher a Folha de Respostas e fazer a Prova Discursiva (rascunho e transcrição) no caderno correspondente.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas



CONHECIMENTOS GERAIS

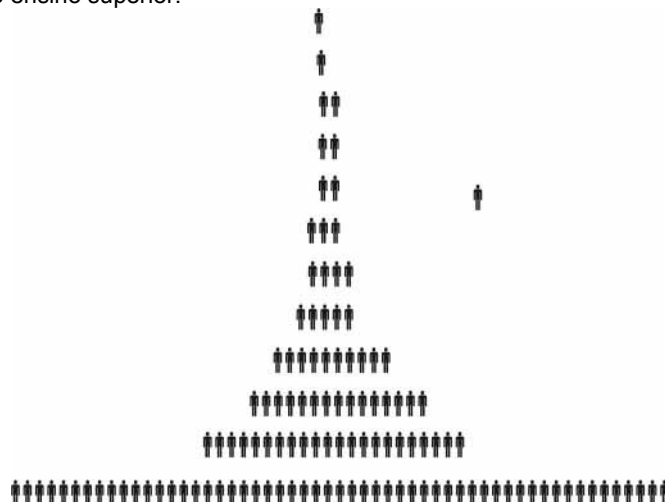
Educação Brasileira: Temas Educacionais e Pedagógicos e Noções de Igualdade Racial e de Gênero

1. Com base no pressuposto da neutralidade científica e inspirada nos princípios de racionalidade, eficiência e produtividade, a pedagogia tecnicista advoga a reordenação do processo educativo de maneira que o torne objetivo e operacional.

Chamado de tecnicismo esse pensamento está presente no pensamento pedagógico brasileiro e nas políticas públicas de educação no período entre

- (A) 1920 e 1932.
- (B) 1932 e 1969.
- (C) 1549 e 1759.
- (D) 1980 e 1991.
- (E) 1969 e 1980.

2. O gráfico abaixo foi apresentado por Anísio Teixeira, em 1957. A **base** é representada pelo antigo ensino primário (1º ao 4º ano do ensino fundamental – primeiras quatro linhas), seguida dos antigos ensinos ginásial (6º ao 9º ano) e colegial (1º ao 3º ano do ensino médio) e, finalmente, o ensino superior.



É correto afirmar que o gráfico mostra:

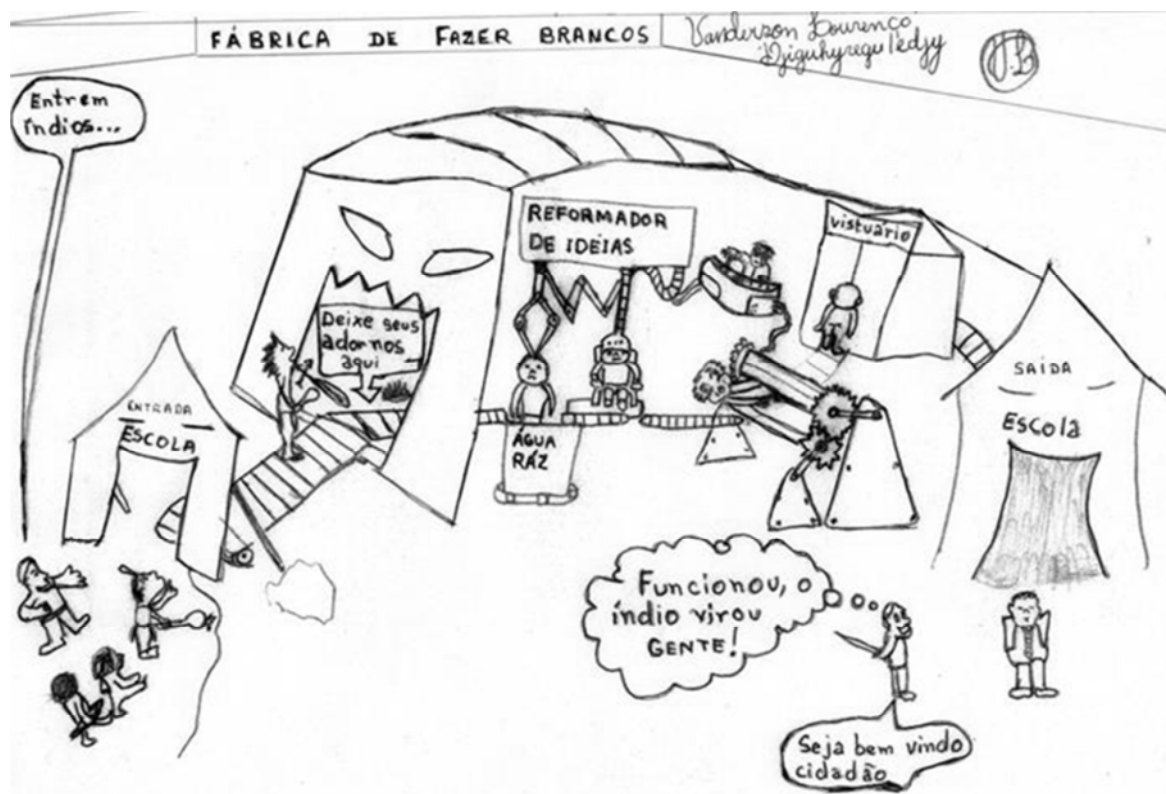
- (A) o caráter seletivo da escola brasileira no início da segunda metade do século XX.
 - (B) o desinteresse da população em frequentar a escola, restrito ao primário na época.
 - (C) o formato de um obelisco que corresponde à democratização do ensino na época.
 - (D) que a escolarização superior, apesar de disponível, não era demanda da população.
 - (E) o número de crianças pequenas que frequentava a escola era maior do que o de adolescentes, jovens e adultos.
3. O trabalho como princípio educativo nos termos das Diretrizes Curriculares Nacionais é a base para a organização e desenvolvimento curricular, especialmente no Ensino Médio, e significa
- (A) garantir o futuro da nação, uma vez que o desenvolvimento econômico depende de trabalhadores bem adaptados e preparados para cumprir metas de produtividade.
 - (B) possibilitar a adolescentes e jovens as bases para a escolha profissional futura sem profissionalizá-los precocemente, atendendo a diversidade de percursos adequados para atender as diferenças de gênero.
 - (C) antecipar a formação específica para o exercício de profissões socialmente reconhecidas e legalmente regulamentadas.
 - (D) concretizar a função social da escola garantindo as condições de uma formação generalista única, destinada a todos, e aquela que nos diferencia na estrutura ocupacional da sociedade moderna.
 - (E) dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, dela se apropria e pode transformá-la; o trabalho é ainda a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social.
4. A obrigatoriedade de um Plano Nacional de Educação **de duração decenal** foi introduzida na Constituição Federal, em 2009, pela Emenda Constitucional 59, com o objetivo de articular o Sistema Nacional de Educação. No âmbito dessa legislação, o Sistema Nacional de Educação é
- (A) um único sistema educacional que passa a operar no território nacional por meio da federalização dos sistemas estaduais e municipais.
 - (B) um sistema educacional central que define e comanda sistemas locais auxiliares a partir da determinação de objetivos, metas e resultados.
 - (C) o conjunto dos sistemas educacionais autônomos, com suas competências específicas que atuam em regime de colaboração.
 - (D) um modelo que centraliza as funções distributiva, supletiva, normativa, de supervisão e avaliação da educação municipal e estadual.
 - (E) um conjunto de serviços e produtos, de materiais apostilados e assessorias que são adquiridos por licitação para serem utilizados nas escolas de todo país.



5. A interdisciplinaridade e a contextualização no Ensino Médio devem assegurar a transversalidade do conhecimento de diferentes componentes curriculares, propiciando a interlocução entre os saberes e os diferentes campos do conhecimento. Um dos motivos que justifica essa orientação é
- (A) a etapa final da educação básica em que não é necessário criar dificuldades aos estudantes com os rigores disciplinares para evitar a evasão e a repetência.
 - (B) o distanciamento entre os conteúdos programáticos e a experiência dos alunos que responde pelo desinteresse e até mesmo pela deserção em nossas escolas.
 - (C) a flexibilidade irrestrita de escolha dos conteúdos de ensino e a possibilidade de redução de atividades avaliativas por disciplina e área de conhecimento.
 - (D) o contexto de dificuldades das escolas em manterem no seu quadro de pessoal professores habilitados para todas as disciplinas do currículo.
 - (E) o modelo que garante uso da metodologia expositiva e o aprendizado das mesmas coisas para todos, ao mesmo tempo, e de modo eficaz.
-
6. As Orientações Curriculares para o Ensino Médio do Estado da Bahia apresentam os elementos que são essenciais para o desenvolvimento da interdisciplinaridade enfatizando duas possibilidades práticas de exercício dessa interdisciplinaridade. São elas:
- (A) a organização de conteúdos comuns em todas as disciplinas e os eventos bimestrais de integração.
 - (B) a criação de matérias interdisciplinares em disciplinas e o uso de tecnologias da informação.
 - (C) a oferta de planos de estudos auto instrutivos e a organização de períodos disciplinares alternados.
 - (D) a organização do currículo num contexto integrado e o desenvolvimento de projetos de pesquisa.
 - (E) a prática docente polivalente interdisciplinar por área e a introdução do ensino por meio da resolução de problemas.
-
7. O paradigma da suprallegalidade como norma constitucional para os tratados dos direitos humanos, no caso brasileiro, refere-se a
- (A) superioridade dos tratados dos direitos humanos à Constituição Federal.
 - (B) subordinação dos tratados dos direitos humanos à legislação ordinária brasileira.
 - (C) equivalência direta dos tratados dos direitos humanos à Constituição Federal.
 - (D) subordinação dos tratados dos direitos humanos à Constituição, porém superioridade à legislação ordinária.
 - (E) nulidade dos tratados internacionais dos direitos humanos no país quando ferirem a política governamental.
-
8. *A educação inclusiva é, por princípio, voltada para todos; se alguns indivíduos (pais, professores, funcionários, alunos, gestores) têm preconceitos contra determinada minoria, conseqüentemente são contrários ao princípio básico da inclusão escolar.*
- Se o preconceito é uma atitude e as atitudes – principalmente as do professor e de gestores na escola – são importantes para que a educação inclusiva ocorra, é correto considerar o preconceito
- (A) um dos obstáculos à implementação da educação inclusiva.
 - (B) ao escolar enquadrado no crime de preconceito racial.
 - (C) natural na escola quando ocorre em relação às deficiências.
 - (D) uma estratégia de adaptação para o convívio com os excluídos.
 - (E) uma atitude de integração, por incorporar o diferente pela negação.
-
9. Etnoeducacionais são territórios
- (A) em que estão os povos indígenas que usam uma única língua indígena para o ensino escolar dessa língua.
 - (B) em que as terras indígenas, mesmo que descontínuas, são ocupadas por povos indígenas que mantêm relações intersocietárias caracterizadas por raízes sociais e históricas, relações políticas e econômicas, filiações linguísticas, valores e práticas culturais compartilhados.
 - (C) correspondentes aos das terras indígenas contínuas, demarcadas pela FUNAI, coincidentes com a divisão político-administrativa do Estado para o estabelecimento de um sistema educacional indígena que respeite suas culturas e linguagens.
 - (D) reconquistados pelos índios após a colonização, cujos povos apresentem valores e práticas culturais compartilhados e isolamento em relação ao acesso a escolas não indígenas.
 - (E) compreendidos na divisão administrativa territorial das superintendências de educação estadual e estejam em áreas de difícil acesso que impeçam a frequência das crianças nas escolas da comunidade.



10. A Constituição Federal de 1988 assegurou aos índios o direito de preservarem suas línguas, culturas e tradições. O desenho abaixo foi feito por um professor indígena em atividade de formação. Intitulado "Fábrica de fazer brancos", o desenho é a memória da escola não indígena por ele frequentada.



Observando essa representação e tendo em vista os direitos constitucionais dos índios, é correto afirmar:

- (A) A escola não indígena está preparada e adequada para ofertar uma educação inclusiva universal e igual para todos, garantindo a humanização e civilidade do povo sem preconceitos e discriminações.
- (B) A escola funciona como maquinaria a formatar personalidades idênticas e garante o pleno exercício da cidadania de todos que obtêm sucesso nas avaliações.
- (C) Para a garantia dos direitos sociais, civis e políticos dos povos indígenas, no campo da educação escolar, a existência de escolas indígenas é um direito de cidadania e um direito humano inalienável.
- (D) A organização da vida escolar no sistema de ensino respeita a diversidade e busca a equidade dando a cada um as ferramentas necessárias para tornar-se útil a si e à sociedade.
- (E) A escola não indígena contribui para a assimilação do índio na sociedade por ser a única apta para certificar e diplomar escolares para o ingresso no mercado de trabalho.
11. Conforme o Art. 286 da Constituição do Estado da Bahia, a prática do racismo constitui
- (A) contravenção penal punida nos termos da lei, incluído o preconceito de raça, de cor, sexo ou de estado civil.
- (B) crime, punido com prisão simples, de 3 meses a 1 ano, e multa de 1 a 3 vezes o maior valor de referência (MVR).
- (C) falta grave quando cometida por funcionário ou servidor público, cabendo demissão sumária ou exoneração *ex-officio*.
- (D) crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da Constituição Federal.
- (E) violência que caracteriza infração dos direitos humanos e dos direitos e liberdades constitucionais.
12. Tendo em vista que *todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos e que todas as pessoas são iguais perante a lei e têm direito a igual proteção contra qualquer discriminação e contra qualquer incitamento à discriminação*, relativamente às atribuições das escolas, quanto a concretizar os preceitos legais e as recomendações para a superação da discriminação racial em seu cotidiano, é correto afirmar que a escola deve
- (A) centrar-se na transmissão de conhecimentos iguais para todos a fim de garantir oportunidades no futuro para todos sem discriminação.
- (B) mobilizar seu órgão colegiado para encaminhamento dos casos às instâncias responsáveis por julgar e punir crimes de discriminação.
- (C) organizar normas e regras severas para punir exemplarmente os casos de discriminação racial e de preconceito nas dependências escolares.
- (D) respeitar a liberdade de manifestação dos estudantes, protegendo agressores e vítimas e, posteriormente, encaminhá-los às suas famílias.
- (E) detectar e combater com medidas socioeducativas, casos de racismo, e preconceito e discriminação nas dependências escolares.



13. (...) *todos os preconceitos e discriminações que permeiam a sociedade brasileira são encontrados na escola, cujo papel deve ser o de preparar futuros cidadãos para a diversidade, lutando contra todo o tipo de preconceito.*

Para conduzir ações relativas à educação étnico-racial na escola, um dos princípios explicitados nas Diretrizes Curriculares Nacionais é o de Ações Educativas de Combate ao Racismo e às Discriminações. Tendo em vista as atribuições do coordenador pedagógico quanto a otimizar as relações interpessoais na comunidade escolar, segundo as diretrizes, este princípio encaminha para:

- I. a instituição de ouvidoria na escola para receber denúncias anônimas sobre acontecimentos que sugerem práticas racistas ou discriminatórias na escola e correspondente tratamento ao currículo, adequando-o com conteúdos que melhor produzam a adaptação e convivência respeitosa entre negros e não negros, utilizando as aulas de História para tal finalidade em toda a educação básica.
- II. a conexão dos objetivos, estratégias de ensino e atividades com a experiência de vida dos alunos e professores, valorizando aprendizagens vinculadas às suas relações com pessoas negras, brancas, mestiças, assim como as vinculadas às relações entre negros, indígenas e brancos no conjunto da sociedade.
- III. a construção de condições para professores e alunos pensarem, decidirem e agirem, assumindo responsabilidade por relações étnico-raciais positivas, enfrentando e superando discordâncias, conflitos, contestações, valorizando os contrastes das diferenças.
- IV. o cuidado para que se dê um sentido construtivo à participação dos diferentes grupos sociais, étnico-raciais, na construção da nação brasileira, aos elos culturais e históricos entre diferentes grupos étnico-raciais, estimulando a participação de grupos do Movimento Negro e de grupos culturais negros, bem como da comunidade na elaboração de projetos político-pedagógicos.
- V. o estabelecimento de regras de convívio civilizadas a serem introduzidas no regimento escolar e de um plano de pacificação entre professores e estudantes com o desenvolvimento de estratégias de mediação de conflitos voltados para naturalizar as especificidades étnico-raciais construindo uma cultura de paz e harmonia na escola.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e III.
- (B) II, III e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) III, IV e V.
- (E) II, IV e V.

14. O Art. 10 da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher trata da esfera da educação e estabelece que para eliminar a discriminação contra a mulher e assegurar-lhe igualdade de direitos com o homem e condições de igualdade entre homens e mulheres, nessa esfera, considere:

- I. As mesmas condições de orientação em matéria de carreiras e capacitação profissional, acesso aos estudos e obtenção de diplomas nas instituições de ensino de todas as categorias, tanto em zonas rurais como urbanas.
- II. Igualdade de acesso aos estudos assegurada na educação pré-escolar, geral, técnica e profissional, incluída a educação técnica superior, assim como todos os tipos de capacitação profissional.
- III. Acesso a currículos e exames especiais, pessoal docente do mesmo nível profissional, instalações e material escolar da mesma qualidade.
- IV. Prioridade de oportunidades para acesso aos programas de educação supletiva, incluídos os programas de alfabetização funcional e de adultos.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I e II.
- (B) II e IV.
- (C) III e IV.
- (D) II e III.
- (E) I e III.



15. São Metas do Plano Estadual de Educação da Bahia 2016/2016 (Lei nº 13.559/2016):

- I. Universalizar o Ensino Fundamental de 9 anos para toda a população de 06 a 14 anos e garantir que, pelo menos, 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência do PEE-BA.
- II. Universalizar o atendimento pré-escolar para as crianças de 04 a 05 anos de idade, por meio de criação da rede escolar estadual de educação infantil, nos termos da Emenda Constitucional Federal nº 59, de 11 de novembro de 2009, e estimular a ampliação da oferta de Educação à Distância no Ensino Médio.
- III. Expandir gradativamente o atendimento escolar para toda a população de 15 a 17 anos e elevar, até o final do período de vigência do PEE-BA, a taxa líquida de matrículas no Ensino Médio para 85%.
- IV. Mobilizar esforços para alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano do Ensino Fundamental e priorizar a reclassificação desde o primeiro ano como medida preventiva ao insucesso escolar.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) II e IV.
- (B) I e IV.
- (C) I e III.
- (D) III e IV.
- (E) I e II.

16. As Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica (2013) têm por objetivo fundamental

- (A) superar as lacunas e imperfeições que marcaram a organização e funcionamento da educação escolar básica no país a partir da Lei de Diretrizes e Bases do Ensino de 1ª e 2ª Graus, Lei nº 5.692/1971.
- (B) apresentar um conjunto de princípios e orientações gerais que deverão ser seguidos como regras pelos governos da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios na organização de seus respectivos sistemas de ensino.
- (C) problematizar os modos como os entes federados têm organizado e mantido os níveis de educação escolar no território nacional a partir da primeira Lei de Diretrizes e Bases da Educação – a Lei nº 4.024/1961.
- (D) estabelecer bases comuns nacionais para a Educação Infantil, o Ensino Fundamental e o Ensino Médio, bem como para as modalidades de educação com que podem se apresentar.
- (E) assegurar a necessária integração vertical entre os diferentes níveis, etapas e modalidades de educação que estruturam a escola básica brasileira, a partir da Constituição Federal de 1988 e da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB.

17. Em 2015, a LDB incluiu, entre as finalidades do ensino superior, sua atuação em favor da educação básica por meio da formação de profissionais, realização de pesquisas e desenvolvimento de ações de aproximação entre os dois níveis escolares. A experiência no Sul da Bahia, desenvolvida pela Universidade Federal, em cooperação com a Secretaria de Estado da Educação da Bahia, articula a formação interdisciplinar de professores em estreita relação com a educação básica média. Essa cooperação ocorre na estrutura

- (A) das Escolas de Educação Básica do Estado e dos Cursos de Licenciatura das Universidades públicas e privadas.
- (B) das Instituições de Ensino Superior com estágios das disciplinas nas Escolas de Educação Básica.
- (C) universitária que assume a gestão e manutenção das escolas básicas estaduais por meio da transferência dos Complexos Integrados de Educação.
- (D) dos Complexos Universitários e das Escolas de Aplicação que passam a atender a população da educação básica.
- (E) dos Complexos Integrados de Educação CIEs e dos Colégios Universitários CUnes que funcionam conjuntamente.

18. Licenciaturas interdisciplinares são cursos de

- (A) complementação ao bacharelado que adaptam conteúdos pedagógicos para formar o professor a partir de metodologias interdisciplinares.
- (B) licenciaturas específicas que consideram o preparo interdisciplinar dos futuros professores pelas áreas presentes na Base Nacional Comum Curricular.
- (C) formação em nível superior para professores, que podem ser organizados por áreas do conhecimento, por temas ou eixos temáticos.
- (D) licenciatura que se dividem entre parte comum e parte diversificada caracterizando a interdisciplinaridade entre as partes.
- (E) formação de professores generalistas destinados exclusivamente às escolas indígenas, quilombolas e do campo.



19. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica elencam um conjunto de princípios que devem ser observados na formação e no preparo dos profissionais que atuarão nas diferentes etapas e modalidades da educação, entre eles, aquele referente ao princípio da “pesquisa”, com foco central
- (A) no processo de ensino e de aprendizagem, uma vez que ensinar requer, tanto dispor de conhecimentos e mobilizá-los para a ação, como compreender o processo de construção do conhecimento.
 - (B) na investigação de base científica, dado o seu potencial para superar o senso comum e o pensamento mágico que muitas vezes sustentam a prática dos professores no exercício cotidiano da docência.
 - (C) na desnaturalização das relações que os homens estabelecem com a natureza e das relações que eles estabelecem entre si, compreendendo que todos têm a capacidade de prever e intervir na natureza e na vida social.
 - (D) nas formas como os diferentes grupos sociais, comunidades ou sociedades organizam e concebem as diferentes fases do curso da vida, assim como apreender quais tipos de educação eles projetam para os diferentes indivíduos situados em cada fase.
 - (E) nos diferentes contextos, processos e valores morais que os grupos sociais lançam mão para educar os membros das novas gerações e garantir os processos de produção e reprodução social e cultural, em diferentes tempos históricos.

20. No início de 2018, a secretaria de uma escola estadual de Ensino Fundamental recebeu um pedido de matrícula para rapaz de 16 anos que apresentou histórico escolar de outra cidade, onde cursou até o 6º ano. Sem ter certeza se poderiam ou não matricular o adolescente em razão da idade, a secretária pediu à mãe que voltasse mais tarde.

Nesse caso, e de acordo com a Constituição Federal e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a escola deve

- (A) orientar a mãe a procurar um curso de Educação de Jovens e Adultos porque o adolescente já passou da idade para o ensino fundamental.
- (B) matricular o adolescente no 7º ano e verificar a pertinência de avaliação individual para reclassificação.
- (C) encaminhar a mãe para a escola de Ensino Médio mais próxima para continuidade de estudos.
- (D) fornecer atestado de terminalidade, por ter findado o prazo de direito de cursar o Ensino Fundamental.
- (E) denunciar a família ao Conselho Tutelar pela falta de acompanhamento escolar ao adolescente.

21. Educação Escolar Quilombola é a modalidade de educação que compreende:

- (A) as escolas estabelecidas em territórios quilombolas certificados pelo INCRA.
- (B) o atendimento a estudantes negros descendentes de escravos oriundos de qualquer território.
- (C) uma rede escolar própria com autonomia curricular e de gestão financeira.
- (D) as escolas quilombolas e as escolas que atendem estudantes oriundos de territórios quilombolas.
- (E) um sistema de ensino peculiar e paralelo ao sistema nacional de educação.

22. A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em 2008, tornou obrigatório o estudo da história e cultura afro-brasileira e indígena. Após a promulgação da Lei nº 13.415/ 2017, esse estudo

- (A) deixa de ser obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.
- (B) mantém-se obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, públicos e privados.
- (C) mantém-se em todos os estabelecimentos de ensino básico, mas os conteúdos escolares de História são de livre escolha dos professores.
- (D) mantém-se obrigatório nos estabelecimentos de ensino fundamental e de ensino médio, como tema transversal.
- (E) tornou-se desnecessário, uma vez que a cultura afro-brasileira e indígena está já devidamente assimilada no currículo escolar.

23. Os objetivos da avaliação, nos termos da Portaria SEC nº 6.562 de 2016 são:

- I. Realizar o diagnóstico das aprendizagens.
- II. Treinar os estudantes para as avaliações externas.
- III. Realizar o acompanhamento das aprendizagens.
- IV. Subsidiar o (re) planejamento da prática pedagógica.
- V. Maximizar o aproveitamento escolar.
- VI. Ranquear as notas dos estudantes da escola.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e VI.
- (B) II, III, IV e V.
- (C) I, III, IV e V.
- (D) III, V e VI.
- (E) I, IV e VI.



24. Sobre a sistemática de avaliação prevista na Portaria SEC nº 6.562/2016 é **INCORRETO** afirmar:
- (A) O Conselho de Classe tem a função de analisar e acompanhar o desempenho dos estudantes, nos aspectos qualitativos e quantitativos, e propor alternativas a fim de fortalecer e consolidar o processo de aprendizagem dos estudantes.
 - (B) A dimensão quantitativa da aprendizagem mensura as aprendizagens construídas pelos estudantes, traduzidas por notas e/ou conceitos resultantes das atividades avaliativas em cada unidade letiva e após a recuperação.
 - (C) Todos os estudantes que não conseguirem aprovação, em até 3 componentes curriculares, poderão ser matriculados no ano/série seguinte dando continuidade à sua escolarização em qualquer fase.
 - (D) A identificação de aprendizagens não satisfatórias, devem ser objeto de novas estratégias didáticas, com vistas à consolidação das aprendizagens dos estudantes, após cada procedimento de avaliação.
 - (E) Ao longo das unidades letivas estão previstas obrigatoriamente no mínimo 3 atividades avaliativas.
-
25. A Reorganização Curricular das Escolas da Educação Básica da Rede Pública Estadual da Bahia estabeleceu o currículo referenciado. No âmbito da reorganização entende-se por currículo referenciado aquele que
- (A) toma por referência o atendimento às expectativas de públicos específicos.
 - (B) privilegia a ênfase nos componentes curriculares da base nacional comum.
 - (C) privilegia a ênfase nos componentes curriculares específicos da parte diversificada.
 - (D) concentra a maior carga horária nas disciplinas de referência para a avaliação externa.
 - (E) privilegia a ênfase em componentes curriculares voltados à formação profissional.
-
26. A composição da jornada de trabalho do professor da rede estadual, em efetiva regência de classe envolve, além das aulas, a participação nas Atividades Complementares com o objetivo de promover o trabalho coletivo e por área, destinada à preparação e avaliação do trabalho didático, às reuniões pedagógicas e ao aperfeiçoamento profissional, de acordo com a proposta pedagógica de cada Unidade Escolar. Desse modo, a participação nas Atividades Complementares é
- (A) facultativa aos professores em efetiva regência nas Atividades Complementares, em dia e hora determinados pela direção da Unidade Escolar, cabendo ao Coordenador Pedagógico atender em momentos alternativos o grupo docente a ser supervisionado, sem prejuízo da carga horária destinada à efetiva regência de classe.
 - (B) de livre escolha dos professores, e determinadas pela Coordenação Pedagógica, assim como os agrupamentos destinados a se encontrarem durante as Atividades Complementares para preparação e avaliação do trabalho didático, para as reuniões pedagógicas e para o aperfeiçoamento profissional.
 - (C) determinada pela Secretaria Estadual de Educação, bem como a agenda dos encontros de Atividades Complementares, incluindo dias e horários por área e disciplina, ficando a critério de cada escola a agenda de reuniões de pais, Conselhos Escolares e Associação de Pais e Mestres.
 - (D) uma opção de cada professor em efetiva regência, podendo dispor da carga horária destinada às Atividades Complementares para executar a recuperação paralela dos estudantes de sua turma, ou de outras turmas da escola, reagrupadas segundo dificuldades específicas de aprendizagem.
 - (E) obrigatória a todos os professores em efetiva regência nas Atividades Complementares, em dia e hora determinados pela direção da Unidade Escolar, sendo essas atividades supervisionadas pelo Coordenador Pedagógico, sem prejuízo da carga horária destinada à efetiva regência de classe.
-
27. O planejamento escolar constitui-se anualmente em um ato que inaugura o trabalho de professores, especialistas e da comunidade de modo geral. Diferentemente do planejamento cotidiano das aulas feitas pelos professores, a jornada pedagógica anual é um espaço
- (A) coletivo de organização do trabalho pedagógico da escola, que busca a construção do planejamento para o ano letivo ancorado em objetivos e metas da escola e do sistema de ensino, a partir da reflexão sobre os resultados das avaliações internas e externas, da tomada de decisão e do estabelecimento de metas para melhoria dos processos de ensino e de aprendizagem.
 - (B) que permite que cada professor, a seu tempo e segundo métodos próprios, defina as contribuições que pode oferecer à escola e aos estudantes em conformidade com as atribuições que lhe cabem e que estão referidas ao ensino de conteúdos da base nacional comum curricular.
 - (C) para socializar as prescrições para o trabalho de todos, atualizando as normas institucionais locais e as do sistema com objetivo de solucionar problemas de conduta da comunidade escolar que interferiram nos resultados da avaliação externa da escola no período anterior.
 - (D) de participação facultativa, presencial ou à distância, que tem o objetivo de definir objetivos instrucionais, estratégias, metas, ações e responsabilidades para a realização da pauta de trabalho apresentada pelos gestores e orientada pela Secretaria de Educação para execução local.
 - (E) onde a Secretaria de Educação comunica as decisões sobre os meios pelos quais todos devem garantir o direito de aprender aos estudantes, implicando a divisão de tarefas entre a escola e a família, bem como organizando a agenda de eventos anuais no calendário escolar e correspondentes contribuições da comunidade.



28. A partir da definição estabelecida no Estatuto da Igualdade Racial, a diferença entre a desigualdade racial e a desigualdade de gênero e raça está em que
- (A) a desigualdade é o contrário da igualdade e ambas produzem o mesmo fenômeno da discriminação racial ou étnico-racial tomando as formas de: distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada em raça, cor, gênero, descendência ou origem nacional ou étnica, não há diferenças entre elas.
 - (B) a desigualdade racial diz respeito a situação injustificada de diferenciação de tratamento em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica e a desigualdade de gênero e raça diz respeito a diferença de tratamento que acentua a distância social entre negros e brancos.
 - (C) a desigualdade racial diz respeito ao conjunto das pessoas que se declaram pretas e pardas, conforme estabelece o IBGE, e a desigualdade de gênero e raça, diz respeito à autodeclaração conjunta de sexo e raça.
 - (D) apenas uma ideologia criada para sustentar a desigualdade de raça e gênero, pois todos somos iguais perante a lei e portadores de direitos humanos que garantem a igualdade de tratamento em todos os âmbitos da vida social.
 - (E) a desigualdade racial diz respeito a situação injustificada de diferenciação de tratamento em virtude de raça, cor, descendência ou origem nacional ou étnica e a desigualdade de gênero e raça diz respeito a diferença de tratamento que acentua a distância social entre mulheres.
-
29. No âmbito da Lei nº 7.716/1989, recusar, negar ou impedir a inscrição ou ingresso de aluno em estabelecimento de ensino público ou privado de qualquer grau por discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional é caracterizado crime cuja pena é
- (A) de prestação de serviços à comunidade e pagamento de multa de reparação por danos morais.
 - (B) repreensão pública e obrigação de contribuir com uma cesta básica pelo período de três anos ao discriminado.
 - (C) de três a cinco meses; se praticado contra menor de dezoito anos, a pena é agravada em mais da metade do prazo.
 - (D) perda do cargo público e ou impedimento de trabalhar em instituição de ensino público ou privado.
 - (E) de três a cinco anos; se praticado contra menor de dezoito anos, a pena é agravada de um terço.
-

30. *Entre 1995 e 2015, duplica-se a população adulta branca com 12 anos ou mais de estudo, de 12,5% para 25,9%. No mesmo período, a população negra com 12 anos ou mais de estudo passa de inacreditáveis 3,3% para 12%, um aumento de quase 4 vezes, mas que não esconde que a população negra chega somente agora ao patamar de vinte anos atrás da população branca.*

Em relação às desigualdades de acesso e permanência na escola, no período de 1995 a 2015, essa notícia revela que as desigualdades de raça:

- (A) diminuíram e hoje não há diferença entre brancos e negros no Brasil.
 - (B) desapareceram porque todos chegaram ao patamar de 12 anos ou mais de estudo com equidade e discreta vantagem da população negra.
 - (C) mantiveram-se, uma vez que a população negra ficou em 2015 na mesma porcentagem da população branca de 20 anos atrás.
 - (D) foram eliminadas com vantagens para a população negra, que aumentou 4 vezes contra 2 vezes a da população branca.
 - (E) se manifestaram para a população branca, uma vez que foi duplicada enquanto para a população negra foi quadruplicada.
-

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

31. Na elaboração do Projeto Político Pedagógico, as escolas devem considerar seu caráter
- (A) administrativo, devendo ser elaborado de forma técnica pelos gestores escolares, encarregados legalmente por sua formulação.
 - (B) participativo, devendo ser elaborado de forma democrática, com a colaboração da comunidade escolar.
 - (C) legal, devendo obedecer principalmente as normas previamente definidas em lei, de forma a garantir sua aprovação pelos órgãos superiores.
 - (D) gerencial, devendo prever as atividades de registros escolares e de dados relativos à comunidade escolar.
 - (E) popular, devendo ser escrito em linguagem adequada ao nível da comunidade interna e externa, garantindo a autonomia da unidade escolar.
-



Atenção: Para responder às questões de números 32 e 33, considere o seguinte diálogo entre Alice e o Gato, em Alice no País das Maravilhas, de Lewis Carroll.

Isso depende muito de para onde você quer ir, respondeu o Gato.

Não me importo muito para onde, retrucou Alice.

Então não importa o caminho que você escolha, disse o Gato.

Contanto que dê em algum lugar, Alice completou

Oh, você pode ter certeza que vai chegar se você caminhar bastante, disse o Gato.

32. O Projeto Político Pedagógico deve ser considerado

- (A) caminho que sempre deverá ser seguido pela escola, quaisquer que sejam as discussões realizadas em sua elaboração.
- (B) documento burocrático pois, a comunidade escolar não escolhe caminhos, uma vez que segue as orientações dadas pelos órgãos superiores.
- (C) ferramenta de trabalho que, democraticamente debatida, encurta os caminhos da escola para oferecer uma educação de qualidade social.
- (D) determinação legal que mais sobrecarrega as escolas no início do ano letivo, pouco acrescentando às práticas cotidianas previstas no planejamento escolar.
- (E) parte da rotina de trabalho escolar, não podendo ser considerado caminho democrático, pois frequentemente os órgãos superiores definem quais deverão ser os objetivos e metas de todas as escolas.

33. Tal como Alice, na elaboração do Projeto Político pedagógico, a escola deve

- (A) ter que caminhar bastante para atingir algum grau de qualidade, por não saber aonde quer chegar.
- (B) dar um “pulo do gato”, encurtando caminhos, dando forma fictícia ao Projeto Político Pedagógico.
- (C) estabelecer uma meta que indique aonde quer chegar, não precisando definir caminhos específicos.
- (D) seguir o caminho indicado pelos órgãos superiores, sem se preocupar com uma definição própria para sua escola.
- (E) assumir sua construção como atividade permanente e sempre revisitada, tendo como meta a qualidade social da escola.

34. O Projeto Político Pedagógico pode ser uma oportunidade para

- (A) a tomada de consciência dos principais problemas da escola.
- (B) estabelecer um programa comum a todas as turmas do mesmo ano escolar.
- (C) submeter a escola às determinações legais, restringindo sua autonomia.
- (D) estabelecer limites e deveres para a participação da comunidade.
- (E) disciplinar os estudantes visando a melhorar os resultados do IDEB.

35. O Projeto Político Pedagógico à luz da LDB vigente tem garantida a participação dos:

- I. profissionais da educação.
- II. conselhos escolares ou equivalentes.
- III. sistemas de ensino definindo as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica.
- IV. gestores escolares, responsáveis exclusivos por sua implementação.
- V. estudantes, a depender de sua idade e da autorização dos órgãos superiores.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II e V.
- (B) I, II e III.
- (C) IV e V.
- (D) III e IV.
- (E) I, II e IV.



36. São dilemas e desafios na formação dos profissionais com vistas à interdisciplinaridade a
- (A) consistência dos aprofundamentos teórico-pedagógicos das escolas.
 - (B) formação disciplinar característica também dos formadores.
 - (C) exígua carga horária de estágios específicos nos cursos de formação de professores.
 - (D) variedade de escolas orientadas por essa visão.
 - (E) literatura abundante a seu respeito, que confunde suas possibilidades práticas.

37. Considere o poema abaixo, de Gregório de Matos:

*O todo sem a parte não é todo;
A parte sem o todo não é parte;
Mas se a parte o faz todo sendo parte,
Não se diga que é parte, sendo todo.*

Na relação disciplina e currículo pode se afirmar que, tal como diz o poema de Matos, a interdisciplinaridade relaciona disciplinas (partes) e currículo (todo), exigindo:

- I. A colaboração das várias ciências e artes para o estudo de determinados temas que orientam o trabalho escolar.
- II. A especialização de um grupo de professores nas diferentes disciplinas.
- III. O diálogo inteligente com o mundo e cuja gênese encontra-se na história do conhecimento.
- IV. A determinação para superar visões fragmentadas.
- V. Materiais e equipamentos especiais para viabilizar sua realização.

Está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, II, III e IV.
- (B) II, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) I, III e IV.
- (E) I e V.

38. Uma estratégia adequada para a definição do foco de uma proposta interdisciplinar é

- (A) o estudo do meio, problematizador dos conteúdos necessários para conhecer o lugar vivido pelos grupos humanos.
- (B) selecionar um tema, ao acaso, fazendo dele o centro dos estudos.
- (C) definir o ponto de partida das disciplinas que entrarão num curso natural de debates.
- (D) afirmar o estudante como foco dessa metodologia de ensino e de seus desdobramentos.
- (E) observar visões de totalidade explicativa do mundo, desconsiderando conhecimentos disciplinares.

39. Considere a seguinte relação de palavras:

- I. Competência técnica.
- II. Estudo local.
- III. Estudo global.
- IV. Currículo padronizado.
- V. Formação e treinamento.
- VI. Pesquisa e formação.
- VII. Superação e disponibilidade.
- VIII. Disciplina e repetição.

Integram o contexto de uma proposta interdisciplinar:

- (A) II, III, VI e VII.
- (B) I, III, V e VII.
- (C) II, IV, VI e VII.
- (D) I, II, III e VIII.
- (E) II, III, IV e V.

40. Na relação entre Projeto Político Pedagógico e Sistemas de Avaliação é correto afirmar que o Projeto Político Pedagógico

- (A) e os Sistemas de Avaliação são estruturas independentes.
- (B) não deve prever quando e de que forma serão realizadas as Avaliações Externas do Ensino.
- (C) é frequentemente valorizado por aqueles que defendem Sistemas de Avaliação Externa, como o monitoramento adequado das escolas.
- (D) é um elemento central na Avaliação Institucional.
- (E) é determinante para as Avaliações Externas e para a Avaliação Institucional.